

JAROSLAV PELIKAN

a TRADIÇÃO CRISTÃ

UMA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA

1



O SURGIMENTO DA
TRADIÇÃO CATÓLICA
100 - 600



SHEDD
PUBLICAÇÕES

Sumário

PREFÁCIO	9
PRINCIPAIS FONTES	13
ALGUMAS DEFINIÇÕES	25
1. <i>PRAEPRATIO EVANGELICA</i> [PREPARAÇÃO EVANGÉLICA]	33
A verdadeira Israel	34
O debate cristão com o pensamento clássico	47
O triunfo da teologia	61
A expectativa das nações	74
2. FORA DAS TENDÊNCIAS PREDOMINANTES	87
A separação da lei e do evangelho	90
Os sistemas da redenção cósmica	100
A nova profecia	114
O critério da continuidade apostólica	124
3. A FÉ DA IGREJA CATÓLICA	137
A visão apocalíptica e sua transformação	139
A ordem sobrenatural	147
O significado da salvação	155
A igreja e os meios de graça	169

4. O MISTÉRIO DA TRINDADE	185
Cristo como divino	186
Cristo como criatura	202
Cristo como <i>homoousios</i>	211
Os três e o um	221
5. A PESSOA DO DEUS-HOMEM	235
As pressuposições da doutrina cristológica	237
As teologias alternativas da encarnação	251
O dogma das duas naturezas em Cristo	263
A continuação do debate	273
6. A NATUREZA E A GRAÇA	283
A condição da antropologia cristã	284
O paradoxo da graça	296
A graça e a perfeição	310
A capacitação natural e a dádiva superabundante	321
7. O CONSENSO ORTODOXO	335
<i>Ubique, semper, ab omnibus</i> [Em toda parte, sempre e por todos]	336
A ortodoxia católica no Oriente	342
O catolicismo ortodoxo no Ocidente	350
OBRAS SECUNDÁRIAS SELECIONADAS	359

Algumas definições

O que a igreja de Jesus Cristo acredita, ensina e confessa com base na palavra de Deus: essa é a doutrina cristã. A doutrina não é a única atividade da igreja nem a mais importante. A igreja adora a Deus e serve à humanidade, ela trabalha pela transformação deste mundo e espera a consumação de sua esperança no mundo por vir. “permanecem agora estes três: a fé, a esperança e o amor. O maior deles, porém, é o amor” (1Co 13.13) — o amor, não a fé, e, com certeza, não a doutrina. A igreja sempre é mais que uma escola; nem mesmo a Idade do Iluminismo conseguiu restringi-la ou reduzi-la à função de ensinar. Mas a igreja não pode ser menos que uma escola. Sua fé, esperança e amor se expressam em ensinamento e confissão. A liturgia distingue-se do cerimonial pelo conteúdo declarado no credo; a política transcende a organização por causa da maneira como a igreja se define e de sua estrutura em seu dogma; a pregação se diferencia das outras manifestações retóricas porque proclama a palavra de Deus; a exegese bíblica evita o gosto pelo antiquarianismo ou arqueologismo por causa de sua intenção de descobrir o que o texto ensina, não apenas o que é ensinado. A igreja cristã não seria a igreja que conhecemos sem a doutrina cristã. Tudo isso, falando estritamente, é uma descrição, em vez de uma definição da doutrina cristã. E uma vez que esta história lida com o desenvolvimento da doutrina cristã, a definição de doutrina, que se desenvolveu, talvez devesse ser postergada para o fim e formulada *a posteriori*. Pois o termo “doutrina” nem sempre significou a mesma coisa, nem mesmo formalmente. A palavra, na verdade, é usada no vocabulário da igreja (e será usada neste livro) em um sentido diferente do da Bíblia (e daquele encontrado em livros sobre teologia bíblica). Quando o Antigo Testamento fala sobre “conhecimento” (Pv 1.7) ou o Novo Testamento fala sobre “ensino” (At 2.42), isso inclui ensinamento tanto sobre confissão quanto conduta, tanto teologia quanto ética. A separação entre eles é

fatal (Rm 3.27,28), uma distinção inevitável, da mesma maneira que no próprio Novo Testamento, “fé” e “obras” (Tg 2.18) são distintas sem serem separadas.

Na verdade, com o risco de simplificar demais, a especificação do que significa doutrina cristã aqui se pode dizer, como tentativa, procede dessas distinções do Novo Testamento. Quando se diz que “até mesmo os demônios creem” (Tg 2.19) e, presume-se, creem corretamente, a referência é à “doutrina” deles no sentido do termo adotado pela igreja. Mas quando o Novo Testamento fala de “doutrinas de demônios” (1Tm 4.1), ele parece se referir principalmente a distorções dos padrões da conduta cristã. Uma antiga coleção cristã trata Deus como aquele “em cujo conhecimento permanece nossa vida eterna, cujo serviço é a perfeita liberdade” (*Sacr. gelas.3.56 [PL 74:1217-18]*), distinguindo entre o conhecimento e o serviço de Deus. A doutrina cristã pode ser definida como o conteúdo desse conhecimento salvífico, derivado da palavra de Deus.

Os pensadores cristãos, já nos primeiros séculos, começaram a distinguir entre essa instrução que pretendia “tornar conhecida a palavra a respeito de Cristo e o mistério em relação a ele” e essa instrução que pretendia “apontar para os hábitos corretos” (*Atan. Ep. fest.II.3 [PG 26.1405]*). A distinção, no mínimo em parte, foi sugerida pelo próprio método do Novo Testamento. Teodoro de Mopsuéstia observou que o apóstolo Paulo, tanto na epístola aos Romanos quanto na aos Efésios, estabeleceu primeiro os “sermões dogmáticos”, definidos como sermões que contém um relato da vinda de Cristo e indicam as bênçãos que ele nos conferiu com sua vinda e, depois, prosseguem com “exortação ética” (*Teod. Mops. Ef. arg. [Swete I:114]*). A grande comissão de Mateus 28.19 também era vista como uma divisão da disciplina cristã em duas partes, “a parte ética e a precisão dos dogmas”, a primeira contida nos mandamentos de Jesus e a segunda na “tradição do batismo” (*Gr. Niss. Ep.24.2 [Jaeger, 8-II:75]*). Isso significa que “o método de santidade consiste dessas duas coisas: as doutrinas piedosas e a prática virtuosa” (*Cir. H. Cateq. 4.2 [Reischl-Rupp, I:90]*), nenhuma das quais era aceitável para Deus sem a outra. Ambas as formas de instrução pertencem ao púlpito e aos livros sobre o ensinamento cristão. O manual padrão de doutrina no cristianismo grego, a *Sobre a fé ortodoxa*, de João de Damasco (*Jo. D. F. o. 2.15-17 [PG 94:932-33]*), discutia não só a Trindade e a cristologia, mas também assuntos como medo, raiva e imaginação. Sua contraparte posterior na igreja latina, *Sentenças*, de Pedro Lombardo (*Ped. Lomb. Sent.3.36-40 [PL 192:1087-90]*), incluiu em seu terceiro livro um tratamento das virtudes criadas pela graça. Os dois ramos da teologia não ficaram permanentemente separados até a obra de Georgius Calisto, teólogo protestante do século XVII, mas a distinção entre doutrina e vida estava em vigor muito antes que a divisão de trabalho fosse feita.

Nossa definição inicial exige especificação mais detalhada. A doutrina cristã é o negócio da igreja. A história da doutrina não deve ser igualada à história da teologia nem à história do pensamento cristão. Se for, o historiador corre o risco de exagerar a relevância do pensamento idiossincrático dos teólogos individuais à custa da fé comum da igreja. As crenças privadas dos teólogos pertencem à história da doutrina, mas não apenas em seus próprios termos. Pois uma das diferenças mais decisivas entre um teólogo e um filósofo é que o primeiro se entende, de acordo com a frase clássica de Orígenes, como “um homem da igreja”, um porta-voz para a comunidade cristã (Or. *Lev.* 1.1 [GCS 29:281]; *Jos.* 9.8 [GCS 30:353]; Or. *Is.* 7.3 [GCS 33:283]). Um teólogo como Orígenes, mesmo em suas especulações teológicas e em sua polêmica contra algum ensinamento público da igreja de sua época, sabe que tem de prestar contas ao depositário da revelação cristã e à autoridade contínua da igreja. Suas opiniões pessoais devem ser estabelecidas no contexto do desenvolvimento do que a igreja acredita, ensina e confessa com base na palavra de Deus. Isso, em geral, é difícil e, às vezes, impossível, desenhar uma linha de demarcação entre os ensinamentos da igreja e as teorias de seus professores; o que os professores pensam muitas vezes reflete um estágio anterior do desenvolvimento ou antecipa um posterior. Contudo, o objeto especial de nossa investigação aqui é esse desenvolvimento da doutrina da igreja.

A doutrina é o que é ensinado, crido e confessado. A história da doutrina, desde seu surgimento como um campo distinto de investigação no século XVIII, concentra-se no que é confessado, ou seja, nos dogmas como declarações normativas da crença cristã adotados pelas várias autoridades eclesásticas e aplicados como o ensinamento oficial da igreja. A história do dogma alega prestar atenção no desenvolvimento doutrinal antes ou depois da formulação dessas declarações normativas só por causa da relação desse desenvolvimento com o dogma. Na prática, contudo, as histórias de dogma tendem a se expandir além das limitações autoimpostas, cuja arbitrariedade ficou especialmente evidente na *terminus ad quem* (fronteira na qual) designada para o estudo: o último (ou o mais recente) concílio ou documento confessional de um ramo em particular da igreja. Uma vez que a maioria do protestantismo concluiu seu desenvolvimento confessional por volta de meados do século XVII, não poderia ser a história do dogma protestante, mas só uma história da teologia protestante. Contudo, havia mais para a história da doutrina no protestantismo que a sequência de seus sistemas teológicos.

Esta história, ao relacionar o que é confessado ao que é crido e ensinado, tenta levar em conta como as doutrinas se desenvolvem. Sem estabelecer limites rígidos,

identificaremos o que é “crido” como a forma de doutrina cristã presente nas modalidades de devoção, espiritualidade e adoração, o que é “ensinado” como o conteúdo da palavra de Deus extraído pela exegese dos testemunhos da Bíblia e transmitido às pessoas da igreja por meio da proclamação, da instrução e da teologia desenvolvida na igreja; e o que é “confessado” como o testemunho da igreja, tanto contra o falso ensinamento na igreja quanto contra os ataques de fora dela articulados em polêmicas e em apologéticas, em credo e em dogma. Os credos e os decretos contra a heresia se acumularão em nossa documentação, exatamente como acontece com as histórias de dogma; pois o que a igreja confessa é o que ela crê e ensina — ou, no mínimo, representa parte do que a igreja crê e ensina. Na história do dogma, o que a igreja crê e ensina à parte de suas declarações normativas de fé é importante como um comentário sobre o credo e o dogma. Nesta história do desenvolvimento da doutrina, o credo e o dogma são importantes como um índice do que a igreja crê, ensina e confessa. Teremos, em alguma extensão, de reler em retrospectiva o que foi confessado, o que de fato foi ensinado e realmente crido; pois, como certa vez o conde Yorck escreveu para Wilhelm Dilthey (Dilthey [1923], p. 167), a diferença entre a história e o antiquarianismo ou arqueologismo é que a história tem de ser “regressiva”, indo do presente para o passado.

A relação entre crer, ensinar e confessar também envolve que tanto a questão do sujeito quanto a da fonte do material para a história do desenvolvimento da doutrina mudará de forma gradual, mas firme, enquanto a traçamos ao longo da história da igreja. Não se pretende dizer que a doutrina, uma vez formulada, para de se desenvolver e fica fixa nem mesmo que o dogma da Trindade continua perfeitamente estático desde sua adoção e clarificação. Significa que a doutrina, tendo se desenvolvido a partir do que se acredita e do que foi ensinado e talvez até mesmo do que foi confessado, torna-se gradualmente parte do depósito autorizado da fé. Para rastrear mais seu desenvolvimento, teremos de procurar mais, embora não exclusivamente, seus expositores profissionais e os teólogos, enquanto eles especulam tanto em sua filosofia quanto em sua mistagogia, enquanto a estudavam e a criticavam, enquanto a usavam para interpretar as próprias Escrituras na qual a doutrina foi supostamente fundamentada e enquanto a expandiam e a revisavam. Portanto, em volumes posteriores desta história, a história da doutrina passará para a história da teologia, mas nunca se tornará a história da teologia. Um sinal vívido dessa mudança ao longo dos séculos é a evolução da vocação do teólogo. Durante os anos 100 a 600, a maioria dos teólogos eram bispos; de 600 a 1500, no Ocidente, eles eram monges; desde 1500, eles passaram a ser professores universitários. Gregório

I, morto em 604, era um bispo que tinha sido monge; Martinho Lutero, morto em 1546, foi um monge que se tornou professor universitário. Cada um desses estilos de vida deixa sua marca no trabalho descritivo do teólogo, mas também na maneira como a doutrina continuou a ser desenvolvida de um lado para o outro entre crença, ensino e confissão.

Ao longo da nossa história da doutrina, os escritos dos teólogos, com certeza, serão uma importante fonte como o são para a história da teologia. Se os teólogos, na verdade, são os porta-vozes responsáveis da igreja, espera-se que seus livros forneçam a maioria da informação sobre o desenvolvimento da doutrina. Mas não recorreremos apenas aos tratados ou teologia sistemática deles em busca de informação. De mais a mais, até mesmo nesses tratados, eles não agiam só como refutadores da heresia, formuladores de dogmas ou defensores da fé, mas como intérpretes das Escrituras. Por exemplo, a obra *Discursos contra os arianos*, de Atanásio (Atan. *Ar.* 1-3 [PG 26:12-468]), consiste de suas explicações de uma série de passagens bíblicas que eram motivo de controvérsia entre os arianos e os grupos de Niceia; Tomás de Aquino era corretamente conhecido como um “mestre da página sagrada”; e Martinho Lutero, em uma competente frase de Heinrich Bornkamm (Bornkamm [1948], 6), era de fato um professor de exegese do Antigo Testamento. Pelo fato de a doutrina cristã, como afirma nossa definição, fundamentar-se na palavra de Deus, temos de nos voltar para as obras exegéticas de teólogos cristãos e também para seus escritos dogmáticos e polêmicos. Também examinaremos as implicações doutrinárias extraídas de determinados textos-prova das Escrituras. A história da interpretação bíblica e o desenvolvimento da hermenêutica merecem ser estudados por seus próprios méritos e não representam nosso interesse direto aqui.

Esta história, entendendo a doutrina cristã como o que a igreja crê, ensina e confessa com base na palavra de Deus, não lidará com o conteúdo doutrinal do Antigo e do Novo Testamentos em seus próprios termos. Estes constituem eles mesmos campos de pesquisa, e a teologia do Novo Testamento, para nosso propósito aqui, não é o que Jesus e os apóstolos podem ter ensinado, mas o que a igreja entendeu que eles ensinaram. Esse é um processo contínuo, em vez de um produto acabado. Há também motivos práticos para começar no século II, conforme sugerido pela história, provavelmente apócrifa, do historiador alemão do dogma que a cada ano fornecia mais e mais material histórico até que em seu último ano de aula sobre *Dogmengeschichte* [História do dogma] concluiu o semestre com a cristologia da epístola para os Hebreus. Nossa insistência na centralidade da exegese bíblica no desenvolvimento da doutrina torna desne-



cessário ou indesejável prefaciá-la com um resumo do ensinamento do Novo Testamento — não porque queremos “evitar” o problema do “querigma e do dogma” (Wolf [1956], 807), mas porque esse problema deve ser trabalhado no desenvolvimento da tradição cristã. Friedrich Schleiermacher identificou o duplo caráter do Novo Testamento como “de um lado, o primeiro membro das séries, sempre contínuas, de apresentações da fé cristã” e, de outro lado, “a norma para todas as apresentações subsequentes” (Schleiermacher [1960], 2:288). Para o nosso propósito aqui — e para o panorama dos homens e movimentos que estudaremos — a última função é a decisiva.

A forma tão definida que a doutrina cristã assume na história é tradição. A palavra “tradição”, como o termo “doutrina”, refere-se simultaneamente ao processo de comunicação e ao seu conteúdo. Assim, o termo tradição significa a transmissão do ensinamento cristão durante o curso da história da igreja, mas também significa o conteúdo transmitido. Neste volume, teremos oportunidade de examinar o conceito de tradição conforme formulado contra a heresia antiga e, em volumes posteriores, mencionaremos reiteradamente a questão formal da tradição, em particular quando ela se torna uma questão de controvérsia doutrinal ou um fator no desenvolvimento doutrinal. Mas não lidaremos tanto com a questão formal da tradição quanto com o material, ou seja, com as mudanças e continuidades das várias doutrinas cristãs à medida que elas modelam a história e são modeladas por ela. Como estamos lidando com tradição, não devemos nos interessar apenas por mudança, mas também por continuidade; não só por conflito, mas também por concordância. A linhagem da heresia — por exemplo, história pré-cristã e extracristã do gnosticismo ou até mesmo o debate aparentemente insolúvel sobre se Paulo de Samosata ou Luciano de Antioquia devem ser considerados os ancestrais do arianismo — não é uma questão central para nossa investigação. Pelo mesmo motivo, as várias facções teológicas, algumas delas descritas por contemporâneos e outras inventadas por historiadores do século XIX, serão mencionadas, com mais frequência que não, só de passagem, em vez de determinar a maioria dos títulos de nossos capítulos. A história dessas questões como o sentido da salvação, por sua vez, receberá proporcionalmente mais espaço aqui que na maioria das histórias do dogma.

Há um sentido em que a noção mesma de tradição parece inconsistente com a ideia de história como movimento e mudança. Pois se pensa que a tradição é antiga, consagrada pela idade, imutável uma vez que foi estabelecida em algum momento anterior da história. Ela não tem história, uma vez que história sugere o aparecimento em um determinado ponto no tempo do que não havia ali antes.

De acordo com a *História eclesiástica*, de Eusébio (Eus. *H. e.* 1.1.1 [GCS, 9:6]; Eus. *H. e.* 7.30.4; 31.1 [GCS, 9:706; 716]), a doutrina cristã ortodoxa não tem realmente uma história, sendo eternamente verdade e ensinada nos primórdios; só a heresia tinha uma história surgida em um momento em particular e por intermédio da inovação de professores em particular. As polêmicas católicas-romanas contrastam com frequência as variações do protestantismo com a doutrina estável e imutável do catolicismo romano. Parece que os teólogos estão dispostos a traçar a história das doutrinas e os sistemas doutrinários que consideram equivocados, mas que a tradição normativa tem de ser protegida da relatividade de ter uma história ou de, em algum sentido decisivo, ser o produto de uma história. No dito de Page Smith, só quando “a tradição perdeu sua autoridade” que a história foi “posta em exercício” (P. Smith [1964], 55).

No entanto, o problema da tradição e da história, quando examinado mais de perto, parece ser mais complexo. Até mesmo o doutrinário mais tradicionalista deve se preocupar com questões como a autenticidade de obras atribuídas a um escritor eclesiástico ou de decretos imputados a um concílio; ele tem de traçar a origem e a transmissão das citações que aparecem nos documentos da igreja; de investigar o cenário social de seus textos, de entender o verdadeiro sentido das palavras. Tudo isso é atribuição histórica, algumas das quais com implicações muito mais sutis que a necessidade de apenas checar datas ou verificar textos. A história da teologia histórica como disciplina de estudo demonstra que a aceitação da tradição ortodoxa não tem necessariamente de ser incompatível com a crítica da história, embora sua aceitação, com frequência, leve a uma leitura anacrônica da história da doutrina. Essa leitura acomoda estágios anteriores do desenvolvimento das definições dogmáticas posteriores por meio da suposição de que, no fim, aquilo que veio a ser confessado teve de fazer parte do que se creu, se não do que se ensinou; tem que ser, como disse o cardeal Newman, “realmente mantida em todo lugar desde o início” (ap. O. Chadwick [1957], 235). É evidente também que com a ascensão do método moderno de crítica da pesquisa histórica surgiu nada menos que uma nova maneira genética de ver a tradição e de fazer a localização no tempo de uma determinada formulação doutrinária, um elemento essencial no entendimento dessa formulação.

O desenvolvimento da doutrina cristã é tanto uma questão de estudo da teologia cristã — talvez a questão mais importante do pensamento cristão contemporâneo — e um capítulo na história intelectual, e esse desenvolvimento deve ser estudado pelos métodos e examinado pelos critérios de ambos os campos. Se for visto apenas como um ramo da teologia, como tem sido visto



usualmente, seu papel na história das ideias — tanto como uma continuação das linhas pré-cristãs do desenvolvimento quanto como um objeto persistente de curiosidade intelectual — pode bem ficar subordinada aos interesses de uma autoridade confessional e dogmática ou de um sistema individual especulativo da divindade cristã. Se for visto no contexto da história das ideias, seu cenário indispensável na adoração, devoção e exegese da comunidade cristã seria sacrificado a um tratamento histórico análogo ao usado pela história dos sistemas filosóficos; conforme Étienne Gilson observou: “A tendência geral entre os historiadores de pensamento medieval parece ter sido imaginar a idade média povoada por filósofos, em vez de por teólogos” (Gilson [1957], 156). Mas isso equivale a negligenciar esses elementos na história da doutrina que são, de uma vez e ao mesmo tempo, os mais criativos e os mais reacionários, a saber, os oriundos da fé e da vida da igreja.

A tradição sem história homogeneiza todos os estágios do desenvolvimento em verdade definida estaticamente; a história sem tradição produz um historicismo que relativiza o desenvolvimento da doutrina cristã de maneira a fazer a distinção entre crescimento autêntico e aberração maligna que parece completamente arbitrária. Nesta história, tentamos evitar as armadilhas de ambos os métodos. A história da doutrina cristã é o meio disponível mais eficaz de exposição de teorias de continuidade artificiais que, com frequência, assumem a condição de normativas nas igrejas e, ao mesmo tempo, é uma via para a autêntica continuidade da crença, do ensinamento e da confissão cristãos. A tradição é a fé viva do morto; o tradicionalismo é a fé morta do vivo.

A própria concentração na continuidade obriga esta história a ser sensível aos processos por meio dos quais a doutrina passa, ou não, de ser crida para ser ensinada para ser confessada, retornando de novo ao ser crida, e no curso de sua exposição do desenvolvimento contrapõe um estágio a outro. Assim, tanto a variedade de ensinamentos cristãos na história quanto sua possível união com a tradição são partes integrais para o assunto deste livro, bem como para sua posição teológica. A pressuposição teológica desta história, pressuposição essa que por sua vez fundamenta-se em uma leitura particular da história, é a variedade de teologias e a unidade do evangelho — a unidade tanto quanto a variedade, e a unidade na variedade. Baseia-se na aceitação da inovação genuína, na mudança da história cristã e na afirmação do verdadeiro desenvolvimento e crescimento. “Credo unam sanctam catholicam et apostolicam ecclesiam [Creio em uma igreja santa, católica e apostólica].”

^a TRADIÇÃO CRISTÃ

UMA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA

O SURGIMENTO DA TRADIÇÃO CATÓLICA 100 - 600

Por volta do ano 600, a doutrina cristã alcançou o que Jaroslav Pelikan definiu como “consenso ortodoxo” – o alicerce para o desenvolvimento da doutrina nos anos seguintes. Os anos 100 a 600 foram um período de grande fermentação e vitalidade quando as afirmações fundamentais do dogma cristão emergiram de uma vastidão de crenças e ensinamentos. O surgimento da tradição católica é uma história deste período crítico e turbulento.

Neste primeiro volume, Pelikan examina o conceito de tradição conforme formulado contra a heresia antiga. Ele foca a relação sutil entre o que os fiéis acreditavam, o que os professores, tanto ortodoxos quanto hereges, ensinavam e o que a igreja confessava como dogma durante os primeiros seis séculos de crescimento.

Pelikan lida tanto com “a questão formal da tradição quanto com o material produzido por ela, ou seja, com as mudanças e continuidades das várias doutrinas cristãs à medida que elas modelam a história e são modeladas por ela”. O seu foco não é “apenas a mudança, mas também a continuidade; não só o conflito, mas também a concordância”.

Como ele afirmou: “A história da doutrina cristã é o meio disponível mais eficaz para a exposição de teorias artificiais de continuidade que, com frequência, assumem a condição de normativas nas igrejas e, ao mesmo tempo, ela é uma via para a autêntica continuidade da crença, do ensinamento e da confissão cristãos. *A tradição é a fé viva do morto; o tradicionalismo é a fé morta do vivo*”.

Jaroslav Pelikan (1923–2006), autor de mais de trinta livros, era erudito em História do Cristianismo e Teologia Cristã. Foi professor de história na Yale University.


SHEDD
PUBLICAÇÕES

